



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26-06-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Bom dia a todos.

Com a presença dos Vereadores Arselino Tatto, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes, Sílvia da Bancada Feminista, Coronel Salles, Sansão Pereira e Manoel Del Rio, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 41ª Audiência Pública de 2023, sendo a 31ª Audiência Pública ao PL 127/2023, PDE do Executivo, Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 22 de junho no *Diário Oficial da Cidade*; dia 22, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 23 no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 26 de abril e deverão os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar, respeitando o horário desta reunião, que se encerrará às 11h.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil na Prefeitura de São Paulo; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral.

Informo aos Vereadores presentes que, dada a quantidade de público, cada Vereador terá apenas o prazo de três minutos para se manifestar, da mesma forma que o público

presente, sendo este prazo improrrogável. E cada manifestação do Vereador deverá acontecer no início ou final da sessão.

Passo a palavra ao nobre Vereador Rodrigo Goulart para a apresentação de emendas.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, muito obrigado. Farei a leitura de algumas emendas para a correção de redação, de minha autoria, por se tratarem apenas de emendas de redação.

- É lido o seguinte: (*Emendas de redação do Vereador Rodrigo Goulart*)

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, essas eram as emendas de que temos conhecimento, além da emenda que já está protocolada e publicada no *Diário Oficial* no mesmo dia do substitutivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, nobre Vereador Rodrigo Goulart. Pergunto aos demais Vereadores se gostariam de fazer o uso da palavra.

O SR. O SR. MANOEL DEL RIO – Sr. Presidente, eu fui informado de que o nobre Vereador Alessandro Guedes apresentou uma emenda para a retirada da isenção dos impostos dos clubes, e ela não chegou até vocês ainda?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Até o momento, não chegou para esta presidência. Mas, talvez, o Vereador esteja coletando assinaturas na Casa e as emendas poderão ser apresentadas no plenário, na forma regimental.

V.Exa. já deu conhecimento aos demais sobre a emenda do Vereador Alessandro Guedes, supressiva ao dispositivo que concede isenção aos clubes, que está em coleta de assinaturas da Casa. E, uma vez que ele consiga, poderá ser apresentada.

Tem a palavra o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Presidente da audiência pública.

O PL já está passando pelo segundo substitutivo e nós, do PSOL, temos muita divergência quanto a esse novo substitutivo. E por quê? Sobre produção, controle e locação de HIS, ele coloca que esses empreendimentos, depois de produzidos, poderão ser vendidos, após dez anos, como residência comum. E isso vai ajudar bastante a especulação imobiliária, porque eles vão produzir esses apartamentos, e, depois de dez anos, eles não vão ser vendidos como HIS. Eles não vão ser colocados para as pessoas que estão precisando, mas para outras pessoas.

Outra coisa ruim é que ele ativa o eixo do Arco Tietê sem o transporte.

Ué, os eixos de mobilidade, para adensar, para ter pessoas, tem que ter o transporte. Como que eles vão, primeiro, já liberar a construção dos apartamentos sem os eixos de transporte no Arco Tietê?

Outra coisa ruim são as quadras que podem somente ser tocadas por 700 metros em volta da estação de trem, de metrô; e 400 metros dos corredores. Antes, a quadra tinha que estar toda nos 700 metros ou nos 400 metros, agora basta tocar a quadra. Vai ter região em que a quadra vai chegar a um quilômetro. O adensamento vai acabar atingindo os bairros [do] meio, que queríamos preservar, porque tem que adensar com pessoas perto do transporte público, e não nos bairros [do] meio.

Outra coisa também que é ruim do nosso ponto de vista é que o art. 30, que modifica o art. 80 do PDE, deixa cristalizado que vai aumentar o número de garagens – o que é ruim também, porque as pessoas que têm que morar perto dos transportes públicos são pessoas que quase não vão ter carros. Então, não tem sentido liberar os eixos onde tem transporte para apartamentos grandes e com muitas vagas de garagens. Ou seja, vai expulsar as pessoas mais pobres desses eixos, as pessoas que precisam desse transporte público. É muito ruim.

Outra coisa que já foi falado, inclusive, pelo Vereador Manoel Del Rio é a isenção para estádio de futebol – Corinthians, Palmeiras, São Paulo. Inclusive, isenção de ISS.

O SR. RODRIGO GOULART – Um aparte, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tá.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sim, Presidente.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, eu gostaria de pedir a colaboração, não somente do Vereador Toninho, mas de todos os Vereadores, para nos limitarmos ao tempo da fala dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem três minutos, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Para que o público possa se expressar também.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Não deu três minutos ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que faltam 15 segundos para o Vereador concluir.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – E outra coisa também é o Fundo de Parques, que nem foi implementado até hoje, já era para ter implementado. E estamos precisando de parques na cidade de São Paulo. E, além não haver parques, o fundo acabou aumentando o escopo dele. Ou seja, o dinheiro que já vai entrar nesse fundo vai ser utilizado para outras coisas do que para a criação do Fundo de Parques. E vamos acabar continuando com poucos parques na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Toninho...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Tá bom, Presidente, só finalizando o raciocínio.

O projeto ainda continua muito ruim para as pessoas da cidade de São Paulo, para os pobres que precisam utilizar mais esta cidade. Então, nesse momento, se continuar desse jeito, o pessoal não tem condição de votar a favor desse projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Toninho.

A pedido do Vereador Manoel Del Rio, apresento a emenda apresentada pelo Vereador Alessandro Guedes:

“Pelo presente, na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, requeiro que, no referido projeto, seja suprimido o parágrafo único do Art. 181-f, que se refere à:

‘Parágrafo Único – Fica concedida a isenção de ISS aos Polos Atrativos de Esporte e Turísticos indicados no art. 181-f.

Vereador Alessandro Guedes”.

Pergunto aos demais Vereadores sobre se gostariam de fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Vereadora Silvia, pelo prazo de três minutos.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, a todos e a todes.

Primeiro, eu queria cumprimentar todas as pessoas que saíram cedinho das suas casas. Acho que a maioria daqui, inclusive, que eu estou vendo é gente que luta pela moradia, ou seja, mora na periferia, veio até a Câmara para poder reivindicar os seus direitos.

Querida dizer que para nós a forma como esse substitutivo ainda se encontra é um verdadeiro retrocesso urbanístico na cidade de São Paulo.

Nós tínhamos um substitutivo anterior que era uma verdadeira catástrofe, porque acabava praticamente com o Fundurb e colocava os eixos estruturais a mil metros – ou seja, poderia adensar mais de mil metros do metrô. E nós tivemos algumas mudanças, alguns recuos, em relação a esse novo substitutivo, mas que ainda está muito ruim. Ou seja, tínhamos uma catástrofe, e, agora, temos uma semi-catástrofe: mudou algumas coisas, mas permanece o que, gente?

Nos eixos, permanece que 700 metros do metrô, mas nas quadras alcançadas pode chegar a 800-900 metros, a depender do tamanho das quadras, para adensar. Para quem? Para o mercado imobiliário construir apartamentos de alto padrão, com, a cada 60 metros quadrados, uma vaga de garagem. Ou seja, apartamento de 200 metros quadrados vão poder ter três, quatro vagas de garagem, perto do metrô.

Eu pergunto aqui: quem é que quer morar perto do metrô? Todo mundo quer morar perto do metrô. E quem mora perto do metrô tem que ser aqueles que mais precisam do metrô, e não aqueles que já têm quatro carros. Quem tem quatro carros mora longe. Quem tem que

morar perto do metrô é a população trabalhadora, a população pobre, a população que usa o transporte público.

Além disso, ainda esse documento, esse substitutivo, prevê que dinheiro do Fundurb vai para recapeamento de vias. Dinheiro do Fundurb tem que ser somente para moradia popular, para mobilidade, para criação de parques, para regularização fundiária, e não para recapear vias, porque a Prefeitura está cheia de dinheiro em caixa para fazer isso. Não pode utilizar dinheiro da moradia para isso.

Por último, a cereja do bolo é a isenção de ISS para os estádios – Corinthians, Palmeiras e São Paulo. Ou seja, a Prefeitura está fazendo uma renúncia fiscal: vai deixar de arrecadar recursos que podem ser usados para a construção de moradia popular. Para quê? Para beneficiar esses estádios.

Eu não tenho nada contra os times. Eu, inclusive, sou corintiana. Mas eu sou contra que o Corinthians deixe de pagar imposto. Tem que pagar imposto, sim!

- Manifestação do público.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Todo mundo paga imposto. Não é possível que aqueles clubes, que fazem, inclusive, shows caríssimos, ingressos caríssimos no Allianz Parque, ingressos caríssimos no estádio Morumbi, e, agora, eles vão sonegar imposto? Eles vão deixar de pagar? Não, não, não, não, tem que pagar imposto; e que esses impostos sirvam para a construção de moradia popular para a população de São Paulo que mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Mais algum Vereador gostaria de se manifestar?

Tem a palavra o Vereador Coronel Salles, por três minutos.

O SR. CORONEL SALLES – Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos que deixaram as suas casas e vieram para cá de maneira organizada. É assim que fazemos uma cidade melhor. Particpei de muitas audiências públicas – na Zona Leste, na Zona Oeste, aqui no Centro. E, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos que se dispuseram a trazer a sua opinião da melhor forma, dos mais diversos segmentos.

São Paulo é uma cidade muito diversa, nela há várias São Paulos, e o objetivo do PDE é justamente esse.

Quero cumprimentar todos da Comissão por esse trabalho. E dizer que, onde houver interesse público, nós estaremos.

Eu assinei diversas emendas; eu sou da base de apoio do Prefeito, mas assinei diversos diversas emendas da Oposição, nas quais a gente entende que há possibilidade de mudança.

Então, eu quero cumprimentar a todos e deixar meu abraço ao nosso Relator Rodrigo Goulart e a todos que pensam e sonham com uma cidade melhor.

Quero lembrar, em especial, Presidente Rubinho, que, nas audiências, a gente vê assuntos que, por vezes, colidem com o projeto do zoneamento. Isso não está esgotado, gente. A cidade é uma cidade dinâmica e, eventualmente, alguma coisa que a gente não consiga aqui pode ser trabalhada no zoneamento com o objetivo único: interesse público.

Era só isso. Um ótimo dia a todas e todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Coronel Salles.

Com trinta minutos de audiência pública, estão encerradas as inscrições.

Mais alguns Vereadores gostariam de se manifestar?

Tem a palavra o Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Bom dia a todas e todas.

Quero agradecer a presença de todos, o esforço de todas as pessoas que saíram de casa para vir aqui, mas isso é um processo político muito importante de que a população deve se apropriar e perceber que pode influenciar e mudar as coisas.

Eu queria dizer - como tenho pouco tempo - que nós, da Bancada do PT, e só queria lembrar à Vereadora Sílvia que não é só o Corinthians que não deve pagar imposto, não; o Palmeiras também e o São Paulo também. (Palmas) Por que vai penalizar só o meu Corinthians?

A emenda do Vereador do PT Alexandre Guedes já contempla essa solicitação, e nós somos contra a isenção de impostos a qualquer empresa, qualquer entidade rica que pode pagar imposto.

Sobre o Plano Diretor, o que eu queria dizer: a Bancada do PT, desde o início, se posicionou contra o Plano Diretor original. A Bancada do PT fez gestões para que esse Plano fosse melhorado. Conseguimos essa evolução bastante grande; conseguimos muitas modificações importantes para os trabalhadores, especialmente, para os trabalhadores sem teto, porque a grande preocupação nossa sempre foi com os sem teto, com os menos favorecidos.

Como eu não tenho muito tempo, eu vou me ater à questão do fundo para habitação popular. Então, desde o início, a Bancada do PT - eu, em particular, me manifestei, de que era necessário melhorar os recursos para moradia e que o Fundurb não poderia ser desmantelado e que a outorga onerosa, os recursos obtidos com a outorga onerosa deveriam ir para o fundo que contempla a habitação.

Em diálogo e conversas com os Presidente da Casa, Presidente da Comissão e Relator essas coisas foram melhoradas e nós obtivemos uma grande vitória na questão do Fundurb, o Fundo para Habitação Popular.

Qual foi a vitória? Primeiro, mantiveram-se os recursos da outorga onerosa para a habitação popular e para o Fundurb em geral, mas não só isso: os 10% da cota de solidariedade – que não plano anterior não estava contemplada – agora também vai para moradia popular.

Então, nós conseguimos um grande avanço e recursos para habitação popular, que era essa a nossa grande preocupação porque habitação popular tem que ser política pública. Com a política pública nós vamos morar no miolo da cidade. Os sem teto vão morar no miolo da cidade. (Palmas) É isso o que nós queremos. Não são palavras vazias. Por meio da luta dos sem teto estão sendo construídas 287 unidades na beirada do metrô da Luz. (Palmas) Acabam de ser construídas 187 unidades perto do Largo São Francisco, ao lado da estação do metrô. (Palmas) Entre outras unidades já construídas em que os trabalhadores estão morando. Então, os sem teto pode morar na beirada do metrô. (Palmas)

Nós consideramos que o Plano Diretor Estratégico atual está contemplando as aspirações daqueles que mais precisam.

Quero dizer ainda que a nossa grande luta, a luta dos sem teto, após a aprovação desse Plano é para que os sem teto morem no miolo da cidade. Essa a nossa grande luta.
(Palmas)

Não é só isso – estou concluindo, Sr. Presidente. Nós vamos trabalhar, daqui para frente, com o Prefeito Ricardo Nunes e com esta Casa para que façamos um grande projeto habitacional para Nenhuma Mulher sem Casa. É essa a nossa luta. (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Manoel Del Rio.

Mais algum dos Srs. Vereadores? (Pausa)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço ao público presente. Parabéns, pela luta de vocês.

Agora, os inscritos, iniciando pela Sr. Suely Mandelbaum, arquiteta.

Cada inscrito, assim como os Vereadores presentes, terá o prazo improrrogável de três minutos.

Sra. Suely a senhora pode usar o microfone ou a tribuna, o que for melhor para a senhora.

A SRA. SULEY MANDELBAUM – Bom dia a todos e todas.

Então, eu venho falar do fato que a revisão do Plano Diretor está incompleta, já que não mais atende a pelo menos um de seus objetivos.

Vou falar, rapidamente, sobre a fundamentação porque não há tempo.

O objetivo faltante é recuperar e reabilitar as áreas centrais da cidade. Por quê? Bem, a microárea de estruturação metropolitana, no setor central, pede revisão e atualização da Operação Urbana Centro. E, para alcançar o objetivo, precisa ser elaborado um PIU nesses subsetores.

O que significa essa área central que estão falando? Bem, inclui moradores de todos os tipos, locatários, proprietários, invasões, moradores em situação de rua. Inclui também os comerciantes, trabalhadores, fornecedores e suas famílias. E também os frequentadores do Centro, para comprar ou ir para um bar *etc.* São mais de um milhão de pessoas que estão fora dessa revisão do Plano Diretor, que está com votação para hoje.

Acontece que a revisão e a atualização da Operação Urbana Centro já ocorreram através do PIU do Setor Central e da respectiva criação da AIU. Quaisquer planos ou ação relacionados à área apelidada de cracolândia não foram previstos no desenvolvimento e aprovação desse PIU.

Eu fiz parte da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro por dez anos e sempre diziam que uma entidade misteriosa iria cuidar da questão da cracolândia. Só que essa entidade misteriosa ainda não se apresentou, porque nem aqui está sendo tratado e os objetivos aqui têm que ser até 2029, quer dizer, vai de mal a pior, até porque todo mundo lê jornal e sabe dos problemas gravíssimos e crescentes da área da cracolândia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Suely, por gentileza.

A SRA. SUELY MANDELBAUM – Bem, não tem mais nenhum plano projetado para enfrentar o problema de saúde pública dos dependentes químicos e de seu impacto na cracolândia, no Centro. Assim, há necessidade de a Prefeitura e a Câmara Municipal solucionarem essa grave lacuna, omissão na revisão do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Suely...

A SRA. SUELY MANDELBAUM – E que requer o adiamento da votação para incluir essa grave questão devidamente na revisão do Plano Diretor. Não fui eu que esqueci, foi a Prefeitura que esqueceu e foi a Câmara Municipal que esqueceu esse importante assunto.

Portanto, eu peço que a votação seja adiada para incluir isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Suely. Convido a Sra. Cássia Fellet, psicóloga e pesquisadora em saúde mental.

A SRA. CÁSSIA FELLET – Eu também venho pedir pelo adiamento, porque as questões não estão sendo analisadas. Não está dando tempo para ser analisada uma série de questões.

A gente tem, aproximadamente, 60 mil pessoas em situação de rua. O trabalho feito pelos movimentos de moradia é excelente, do ponto de vista da saúde mental. As pessoas que estão com condições de moradia não estão – como falou a minha colega, agora – em situação de rua na cracolândia.

Por isso a gente precisa garantir a moradia para essas pessoas que já estão nas ocupações e que podem se beneficiar da requalificação da moradia que já possuem, mas também uma observação sobre quem não tem essa condição e que precisa ter, porque existem os determinantes sociais da saúde e a moradia é um determinante social da saúde das pessoas.

Pelo adiamento. Isso não está sendo discutido, não está sendo considerado e precisa ser considerado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Cássia.

Eu gostaria de alertar ao público presente que esta audiência vai até as 11 horas. Por isso peço que todos cumpram o horário, a exemplo da Sra. Cássia.

Convido agora o Sr. Luis Fernando Di Pierro.

O SR. LUIS FERNANDO DI PIERRO – Bom dia. Antes de iniciar o meu tempo, eu gostaria de saber se tem um representante do Poder Judiciário no ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perdão, eu não entendi.

O SR. LUIS FERNANDO DI PIERRO – Eu gostaria de saber se existe alguém do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Foram convidados o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário, e o Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público; mas ao que parece não compareceram.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Em nenhuma.

O SR. LUIS FERNANDO DI PIERRO – A ausência de uma pessoa do Poder Judiciário, com poderes na audiência, reduz bastante a eficácia desta reunião.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Na realidade, é prerrogativa deles o comparecimento ou não, assim como o do público.

O senhor tem a palavra.

O SR. LUIS FERNANDO DI PIERRO – *Okay*. Eu vou falar exclusivamente dos eixos de estruturação da transformação urbana, que são aquelas áreas no entorno das estações e dos corredores de transporte, que estão sendo alterados nessa proposta do Plano.

Existe um problema de processo. Eu não quero discutir se deve ser 500, 600 ou 800 metros. A revisão do Plano pressupõe o ato de revisar e revisar pressupõe levantar e monitorar os indicadores de eficácia daquelas medidas dos eixos de estruturação desde 2014 até 2021.

Quais foram os indicadores utilizados para se revisar o Plano? O Plano fala, por exemplo, que os eixos de estruturação foram feitos para fazer São Paulo uma cidade mais humana. Qual é o indicador de uma cidade mais humana? É ter menos cachorro na cidade? Ser menos canina a cidade? O que é uma cidade mais humana?

Tem que ter um indicador quantitativo, ou seja, qual o número de pessoas que foram morar dentro dos eixos de estruturação e que deixaram de usar automóvel para usar metrô e ônibus? Esse é o indicador. Esse indicador foi levantado nos últimos nove anos? Não. Existe esse indicador para poder propor aumento ou redução dos eixos de estruturação? Não.

Portanto, existe um problema de método, ou seja, a revisão não foi realizada.

Segundo, existe outro assunto polêmico. É que a implantação desses eixos não é legal, porque existe um instrumento federal que se chama Estatuto da Cidade. Ele pressupõe a necessidade imperativa de fazer um estudo de impacto de vizinhança, para todas as alterações que implicam em aumentar tráfego e mudança de uso e ocupação do solo – simples assim.

Então a revisão não foi realizada e os eixos de estruturação não são legais, a menos que se faça estudo de impacto de vizinhança, ou seja, já está errado em 2014. O que o Prefeito Haddad sancionou está errado, porque não está dentro da lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sr. Luís Fernando.

O SR. LUÍS FERNANDO DI PIERRO – A conclusão é isso: não foi feita a revisão e é ilegal a definição dos eixos de estruturação urbana. Está concluído. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Luís Fernando.

Convido agora a Sra. Rosalía, do Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALÍA – Oi, Rubinho, tudo bem? Tudo bom? Rubinho, me diz uma coisa: você conhece a Avenida Tucuruvi, Água Fria?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sim.

A SRA. ROSALÍA – Se passar esse Plano, digamos que chegue até de 700, bata num pedaço de quadra, aumente, como você acha que vai ficar a saída do povo do bairro de lá? Você acha que tem estrutura para aguentar tanto carro e verticalizar tanto? Como fica o Barro Branco, a Cantareira, a Serra, porque está perto, não é? A Cidade não é igual, ela é distinta, ela tem diferentes formas de urbanização, diferentes formas de viver, e me parece que o Plano apresentado está levando tudo de uma forma só.

Mas eu ia te perguntar outra coisa. Aquele pedido que eu protocolei sobre a investigação, quais as medidas que foram tomadas na investigação da acusação de pedido de contrapartida do Vereador, eu não recebi ainda a resposta. O senhor pode me dar?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Você quer que eu responda no seu tempo, ou pode ser após? Eu posso responder após a fala da senhora, assim você não perde o tempo de fala. Pode ser?

A SRA. ROSALÍA – Está bom. Porque eu também acho que a gente correu, correu, açodou tudo e aqui está eivado de vício, tem suspeita. Como a gente prossegue em audiências públicas, prossegue em emendas? E não é só isso: como é que a gente vai estruturar uma cidade, falar como ela vai ser, assim às pressas? O que eu estou vendo é emenda após emenda

e a gente nem tem tempo de saber que emenda é, o que é isso. A gente não está falando de um setor, a gente está falando da cidade onde a gente vive, então como que vocês estão querendo passar? Hoje termina audiência e já vota uma coisa que vai mexer tanto na vida da gente, que é o lugar onde a gente mora. A gente mora numa rua que fica num bairro, que fica num lugar e cada lugar tem o seu jeito. Não dá para fazer do jeito que foi feito.

Era isso que eu tinha para falar. E o Rodrigo me pediu musiquinha: quer que eu cante? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Fala, Rodrigo.

A SRA. ROSALÍA – Acho que não dá tempo, mas se quiser...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou abrir uma concessão.

O SR. RODRIGO GOULART – Só tem 15 segundos.

A SRA. ROSALÍA – Então só o refrão.

O SR. RODRIGO GOULART – Depois nós vamos gravar um DVD.

A SRA. ROSALÍA – Tá.

(Cantando) “E põe o bode, e tira o bode, e põe o bode e tira o bode. Me diz, ó, menino, o que é que você vai fazer? O prefeito diz 600, Rubinho aposta mil, Rodrigo, 800, e assim segue o Brasil. Mas o povo reclama. Rodrigo vai baixar, já joga 700 para essa gente se calar. E põe o bode, e tira o bode, e põe o bode, e tira o bode. Me diz, ó, Rubinho, o que a gente vai fazer?”

Tinha mais, depois eu canto. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosalía.

O próximo é o Sr. Luiz Castro, do Cura São Paulo, se o senhor já quiser se dirigir.

Mas, Sra. Rosalía, respondendo objetivamente, como eu havia prometido para a senhora. A minha assessoria está preparando a resposta do requerimento, mas de público eu já adianto.

A Corregedoria da Casa, como todos os vereadores da Comissão sabem, não age de ofício, ou seja, um fato ocorrido na Câmara nós não saímos julgando. Tal qual o Judiciário,

precisa ser provocado. Até o momento não chegou nenhuma representação, seja dos vereadores, seja da sociedade civil, seja de órgãos externos, quanto ao referido fato. Uma vez que chegue uma representação, assim como todas que chegam à Corregedoria, será designado um relator para fazer a análise do caso, com o relatório de admissibilidade, ou não, submetido a votos dentro do prazo regimental. Porém, até a presente data nenhum cidadão trouxe qualquer reclamação. Está bem? Obrigado.

Sr. Luiz Castro, o senhor tem a palavra.

O SR. LUIZ CASTRO – Obrigado, Rubinho. Bom dia a todos. A gente dá risada da música, mas o Relator pode ser culpado por inúmeras mortes no ano que vem.

- Manifestações na galeria.

O SR. LUIZ CASTRO – Isso é importante todo mundo saber. Porque é muito fácil, você ser relator, é uma responsabilidade muito grande, mas você não tem conhecimento algum na área. Qual é o conhecimento que o nosso amigo Vereador Relator tem na área de desenvolvimento urbano? Alguém sabe? Zero. Qual é a formação da área dele, alguém sabe?

- Manifestações na galeria.

O SR. LUIZ CASTRO – Exato. Todos os anos nós temos inúmeros enchentes da região de Moema. Agradeço a sua presença, porque nas cinco falas anteriores o senhor não estava aqui dando o devido respeito a quem subiu aqui para dirigir a palavra a você; mas eu agradeço você estar aqui presente.

Porque é muito fácil criar festas juninas na zona Sul da cidade de São Paulo, fazer inúmeras festas e, aí, votar contra o crescimento da nossa cidade. Por que ele não explica o porquê do voto dele? Aliás, a maioria dos vereadores até agora não explicou o porquê do voto “sim” a um Plano extremamente absurdo. (Palmas) Será que a gente não quer saber o porquê do voto absurdo, se eles estão aqui para nos representar? Se eles foram eleitos pelo povo, eles têm de explicar para o povo, e essa é uma das maiores dificuldades. Talvez hoje, nesta última, a gente espere que cada um que está aqui sentado explique o porquê do seu voto.

Vocês acham que a HIS vai ser vendido para vocês? Não esperem isso, não vai acontecer, vocês não vão adquirir imóveis de interesse social. Isso é uma mentira. Por mais que aqui estejam muitos vereadores lutando a favor, isso a gente não pode negar, mas esses imóveis não vão chegar até vocês.

Cadê o desenvolvimento da Cidade para levar condições de trabalho para a periferia? Alguém ouviu falar disso aqui? Ou vocês querem perder horas e horas no transporte público para buscar emprego na região central? A comodidade tem de estar perto de onde vocês moram. Aqui está tendo um trabalho completamente invertido.

Foi muito falado aqui da revisão. Não tem revisão. Aqui se está escrevendo um novo Plano Diretor. Em nenhum momento foram apresentados índices de informação dos dados técnicos. Cadê os técnicos? Cadê os técnicos para falar o porquê desse Plano Diretor.

- Manifestações na galeria.

O SR. LUIZ CASTRO – Só tem curiosos. Cadê o Relator para explicar os números? Ele lê texto pronto. Então está faltando transparência para a gente e, partiu daquela porta para dentro, a população de São Paulo está aqui dentro, não está lá fora. Quem manda aqui dentro é a gente. (Palmas) Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Luiz.

Convido o Sr. Sérgio Reze, da Frente São Paulo Pela Vida.

O SR. SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR – Bom dia a todos.

Gente, eu participei ao longo de todo processo. Estive presente. Quero falar um pouco sobre a questão da participação popular que eu julgo ainda que está deixando muito a desejar.

Em 2014, fui Conselheiro de Política Urbana, participei de todo processo do Plano Diretor, da Lei de Zoneamento. Naquela época, a gente pleiteava um tempo maior para as discussões. É o que eu venho dizer agora. Tem muita gente lá fora ainda.

O ideal seria que todas as pessoas que vieram aqui, todos vieram para falar, para externar suas opiniões. (Palmas) a gente tem que considerar que as pessoas vieram no horário de trabalho, às 09h.

Como o tempo é superescasso, eu estava procurando um ofício que fiz. Vou tentar ler se der tempo, mas o Vereador Rubinho, salvo engano, na sexta-feira que teve uma audiência pública eu estive presente, foi no outro salão. Cheguei atrasado porque levei 55 minutos para chegar do Butantã. Era às 09h, quando cheguei já tinham encerrado as inscrições.

A audiência foi correndo, chegou um momento em que uma pessoa que deveria falar três minutos, falou cinco e outras pessoas falaram mais de uma vez. Então, enquanto o Vereador Rubinho falava, eu levantei e pedi a palavra. O Rubinho foi super-rígido dizendo que tem de respeitar as regras da Casa.

Vereador, já que o senhor é tão rigoroso com as regras, eu peço ao senhor como Corregedor da Câmara – estou oficiando, fiz agora o ofício e vou protocolar – instale um procedimento, como advogado que é, para apurar o *e-mail* do Vereador Adilson Amadeu ao Secovi (Palmas) que deixa esse processo em suspeição, minha gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Foi um áudio, não foi *e-mail*.

O SR. SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR – Está na *Folha de S.Paulo*, seja áudio ou *e-mail*, é uma informação. Eu tenho um texto aqui, será que dá tempo de ler o meu ofício para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor pode tentar a leitura.

O SR. SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR – “Prezado senhor, serve a presente para requerer que, na qualidade de Corregedor da Câmara Municipal de São Paulo, se digne informar se instaurou, nesta Corregedoria, procedimento para investigação e providências sobre o quanto noticiado em *e-mail* subscrito pelo Vereador Adilson Amadeu, endereçado ao Secovi, demandando-lhe contrapartidas para ajudar o Prefeito, à vista da recepção de quase a totalidade dos pleitos desta reconhecida entidade – o Secovi – pelo substitutivo do projeto de lei. Isso está documentado na *Folha de S.Paulo*, caso V.Exa. tenha instaurado o procedimento queira informar

o seu número e onde possa ser consultado. Caso ainda não tenha sido instaurado, que V.Exa. tome providências imediatas para a sua instauração, igualmente, comunicando a esses subscritores o seu respectivo número para a devida consulta garantindo-se-lhes o direito da extração de cópias. Atenciosamente, Sérgio Antonio Reze Júnior e Renata Esteves.” (Palmas)

Essa solicitação que, desde já, a gente deixa aqui. Já que o senhor é tão rígido com as regras, não vamos ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perfeito. Sr. Sérgio, eu agradeço, como disse o senhor, excedeu o tempo, mas eu vou responder de imediato. Já. Assim como a senhora...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, porque eu só vou responder. Não é um debate. Assim como a Sra. Rosalia indagou, o senhor não fez uma representação, o senhor fez uma indagação. No texto o senhor pergunta...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor protocolou. Mas no texto do senhor eu notei uma pergunta se foi instalado o inquérito. Correto?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu te respondo, mas eu vou te responder oficialmente também, porque é minha obrigação. Não foi instaurado nenhum procedimento porque ninguém representou contra.

Eu vou tornar público o que é representar contra para que as pessoas entendam, sair do “juridiquês”, certo?

Você oficial perguntando se foi feito algo, a resposta é: não foi feito algo porque ninguém representou.

Representar é processar. Quando você representa, você escreve no papel, não precisa ser extremamente formal, é só cumprir algumas burocracias da Casa, com documentação pessoal, título de eleitor, dizendo: olha, tal fato aconteceu, referente tal pessoa,

conforme tal matéria. Que seja processado na forma do artigo tal, do Regimento Interno e apenado da seguinte situação. Aí você se torna autor de um processo contra determinado indivíduo.

A Corregedoria não age de ofício, significa que a corregedoria não processa, é como se fosse uma espécie de Judiciário da Câmara. Ela julga. Então uma vez que alguém apresenta uma denúncia formal dizendo que houve um crime, está o ilícito, está aqui a prova, ou você pode encontrar a prova ali, e aí a Corregedoria procura a prova, nós processamos. Até o momento não chegou esse tipo de denúncia.

Respeitosamente, o ofício que o senhor apresentou à Corregedoria é semelhante ao que a senhora Rosalia protocolou comigo na sexta-feira. A resposta de ambos é a mesma. Mas uma vez que aconteça a representação, ela será imediatamente processada. Está *okay*?

Peço desculpas a todos pela intervenção no meio da audiência, não é o protocolo, mas como é um assunto recorrente, eu acho de interesse de todos, pelo que ficou explanado durante a fala do Sr. Sérgio, eu tomei a liberdade de responder. Os senhores me desculpem por tomar esse tempo.

A Sra. Rosanne Brancatelli, do Pró Pinheiros. (Palmas)

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Bom dia a todos.

Eu gostaria de começar a minha fala solicitando o adiamento dessa votação. Precisamos de mais tempo. Não só a população como todos os Vereadores.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Os Vereadores não tiveram tempo de se inteirar do substitutivo em si e das alterações. Os técnicos não tiveram tempo também. Então não é possível essa votação acontecer assim a toque de caixa. Precisamos de mais tempo. A cidade merece. Nós todos moradores dos nossos bairros merecemos. Estruturações não podem ser decididas sem estudo de impacto.

Esta Casa e a Prefeitura não estão estudando as alterações sugeridas. Não estudaram antes, não estudaram durante, vai saber se vão estudar depois. Eles querem construir para atender as construtoras, na verdade.

Até o Sr. Vereador Manoel comentou dos imóveis de moradia social. Vai ter estudo de impacto? Vocês confiam que isso vai ser construído? Como vai ser construído? Vai ter estrutura, equipamentos, sanitários, elétrica, água? A cidade está sendo construída, os prédios sobem e o restante nada? Não tem. Tem, Rubinho? Não tem. Onde estão os estudos? Onde estão as análises? A gente não sabe, eles não sabem, a SMUL não sabe, ninguém sabe. Só o Secovi sabe. Porque o Secovi é interessado em construir, não está interessado no que a gente vai receber, como as ruas vão ficar, o quanto a gente vai receber de água e de elétrica. A gente não sabe.

E as UBSs nesses lugares que estão sendo construídos? Onde está a infraestrutura que deve ser levada à periferia? Deve ser levada a casa e deve ser levada a infraestrutura, também. Não adianta vocês terem só casa. Vocês têm de ter casa digna. Vocês têm de ter bairros dignos para vocês morarem, com a saúde, com a água encanada e tudo mais. Vocês precisam pedir mais, e não só casa. Vocês precisam pedir infraestrutura.

Nós não queremos a extensão dos eixos. Não queremos. Por quê? Porque não há estudo de impacto. O que foi construído? Onde está o resultado? Qual é o adensamento atingido? Ninguém sabe. Alguém sabe? Sabe, Vereador Rubinho Nunes? Sabe o adensamento que já foi atingido, quanto foi construído? Sabe? Tem esse dado? Não tem, não é? Alguém tem esse dado? Qual é o adensamento? Sabe? Pode me responder?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – De Pinheiros, é de oito mil.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Foram atingidos oito mil? Oito mil, o quê? Apartamentos? Mas, e os residentes?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Pessoas por quilômetro.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Não, é impossível. Há 80 prédios, que foram construídos da Oscar Freire à Faria Lima. Quer dizer, agora, já deve ter passado desse número. São prédios comerciais. Não há HIS. As fachadas ativas não funcionam.

Eu vou terminar, mas vocês têm de entender isto, Vereador Rubinho Nunes: nós não somos elite. De novo: nós não somos elite. Estamos brigando por um bairro inclusivo. Precisamos de um bairro inclusivo. Não queremos mais escritórios ali. Queremos residência e morador. Não queremos morador de passagem, visitante, turista, Airbnb. Queremos morador na cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosanne. Convido, agora, a Sra. Rose Correa, Conselheira Participativa da Sub-Sé.

A SRA. ROSE CORREA – Bom dia, gente. Adoro isso. Eu começo pedindo o adiamento disso. Peço, encarecidamente, o adiamento dessa votação.

Nobre Vereador Manoel Del Rio, obrigada pelo comentário. Eu sou moradora da PPP habitacional, esses residenciais novos que há no Centro.

A nobre colega falou de cracolândia. Não, nossos bairros se chamam Santa Ifigênia, Centro de São Paulo, Campos Elíseos, Santa Cecília. Não é cracolândia. Está bem? Então, eu gostaria de reiterar isso. O bairro não se chama cracolândia.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ROSE CORREA – Obrigada, gente.

Eu só vou ler um artiguinho, aqui. É o artigo 181, que diz que o fortalecimento de polos e eixos da centralidade dar-se-á através das seguintes ações: o fortalecimento e a reabilitação do Centro Histórico, incluindo fortalecimento e valorização dos polos comerciais especializados, como 25 de Março, Santa Ifigênia, Bom Retiro, Gasômetro e Zona Cerealista.

Eu vou ser bem curtinha, porque já tomaram muito tempo. A revisão e a atualização da Operação Urbana no Centro já ocorreram por meio do PIU do Setor Central e da respectiva criação da Área de Intervenção Urbana, AIU, do Setor Central. Qualquer plano ou ação

relacionados à área apelidada de cracolândia não foram previstos no desenvolvimento e na aprovação desse instrumento urbano. Ou seja, não há mais quaisquer planos projetados para enfrentar o problema de saúde pública dos dependentes químicos e de seu impacto na cracolândia, no Centro, que deveria ter sido incluído na revisão do Plano Diretor, mas não foi.

Então, gente, quando se dirigirem àquela região, não é cracolândia. Aquelas pessoas foram infiltradas ali. Para quê? Para que haja a demolição do Centro. É essa a intenção. É o famoso *boom* comercial. Fugiu-me a palavra. Como é que chama? Luiz, ajude-me, por favor.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ROSE CORREA – Especulação imobiliária: essa é a palavra. Eles querem tirar o comércio e fazer o que eles chamam de *lofts*. Outros chamam de estúdio. Não, gente: são quitinetes, aqueles em que você entra e se senta. Você não pode se movimentar dentro dos imóveis.

Gostaria de aproveitar que eu estou utilizando este microfone para falar alguma coisa que não é pertinente a esta audiência. Eu gostaria de fazer um pedido. Estamos sem Conseg no Centro, porque querem deixar lá uma pessoa que não tem nada a ver com o Centro. Dona Marina Barbosa, que está lutando para ficar na presidência, é uma *persona non grata*. Nós não a queremos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Convido o Sr. Bruno Fonseca, do Canal Bruno Fonseca.

O SR. BRUNO FONSECA – Bom dia a todos. Quero fazer uma pequena correção à fala da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que cometeu um pequeno erro de português. Falou “todes”. Vereadora, a senhora é Vereadora da quinta maior cidade do mundo. Vamos usar, pelo menos, o português correto, quando subir à tribuna.

- Manifestação na galeria.

O SR. BRUNO FONSECA – Olha o silêncio.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Muda o disco, meu filho.

O SR. BRUNO FONSECA – Silêncio... Todo mundo quietinho, aí... Eu ouvi todo mundo, aqui, e todo mundo fica quieto, agora.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente...

O SR. BRUNO FONSECA – Olha o silêncio. Eu ouvi todo mundo, aqui. Eu quero silêncio, também, para falar. Silêncio, silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço um minuto ao orador. Eu peço ao público presente, por mais que os senhores... Pessoal, por mais que vocês não concordem com o orador, eu gostaria de pedir, para o bom andamento da sessão, que, por três minutos, nós possamos ouvi-lo falar e prosseguir com os inscritos.

Eu peço que o senhor se atenha ao tema. Vocês podem soltar o tempo, por gentileza?

O SR. BRUNO FONSECA – Calma, pessoal. O dia está tão bonito, hoje. Vamos nos acalmar, aí. Para que brigar?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Registro a presença do Vereador Hélio Rodrigues. Agradeço a presença.

Peço ao público, por gentileza... Eu gostaria de ouvir todos os inscritos.

O SR. BRUNO FONSECA – Calma, moça. Calma.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Bruno, o senhor poderia, por gentileza, se ater ao tema do Plano Diretor e prosseguir com seu discurso?

- Manifestação na galeria.

O SR. BRUNO FONSECA – Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra, Sr. Bruno.

O SR. BRUNO FONSECA – Obrigado. Muitas pessoas subiram aqui e pediram o adiamento. Eu peço algo diferente, Sr. Presidente. Eu peço a aprovação e a votação imediata do projeto.

Há muita gente para falar. Tivemos diversas audiências públicas. Não falou quem não quis. É a segunda vez que eu falo, aqui. Muitos me conhecem. Adoro todos vocês. Não falou até agora quem não quis, quem não veio, quem não compareceu. Nesta audiência pública, desde o início do projeto, quando começou a ser discutido, todo mundo teve a oportunidade de falar. Não falou quem não quis.

Agora, muitos bateram palma, aqui, e falaram de movimento social, MST, MTST, movimentos criminosos. Bando de invasores! Vocês são criminosos.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao orador que não ofenda o público presente.

O SR. BRUNO FONSECA – Eles falaram e eu quero poder falar, também. Vocês me respeitem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao orador que não ofenda o público presente.

Suspendo a sessão pelo prazo de três minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço que seja retirado o termo “criminoso” daqui. Sr. Bruno Fonseca, eu gostaria que o senhor concluísse a fala. O senhor tem o prazo de 30 segundos ainda.

O SR. BRUNO FONSECA – Bom, racista eu não sou.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço que o senhor não ofenda...

O SR. BRUNO FONSECA – Vou falar a respeito do projeto. Vereadores do PT e do PSOL, sinto informar que o projeto será aprovado na votação de hoje. Iremos comemorar a aprovação do projeto, não falou aqui quem não quis e o projeto será aprovado. O PT da Luna Zarattini votou a favor na primeira votação e hoje vocês reclamam do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Bruno, o tempo do senhor está encerrado.

O SR. BRUNO FONSECA – Sinto lhes dizer, mas o projeto será aprovado.

Obrigado, Sr. Presidente, parabênzo o senhor pela condução dos trabalhos. Uma boa tarde, uma boa semana e uma boa votação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Bruno. Por segurança eu peço a GCM que conduza o Sr. Bruno.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Luna tem a palavra. Eu só gostaria de pedir ao público...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Luna, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Presidente, eu queria falar aqui porque eu fui citada por esse sujeito que eu não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Consta Bruno Fonseca no papel, do Canal Bruno Fonseca.

- Manifestação do público.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Pessoal, eu fui citada por esse sujeito aqui, Bruno Fonseca, que é do MBL, eu queria só falar uma coisa. Primeiro, tem gente que vem aqui querendo fazer *like*; tem gente que vem aqui querendo ganhar seguidores na internet; tem gente que vem aqui causar e ir contra um movimento que luta pelo direito de moradia digna. Nós não queremos *like*. Aqui a gente quer defender a nossa cidade; aqui a gente quer discutir os reais problemas da nossa cidade, que são as desigualdades sociais, a carência habitacional, que é o problema de mobilidade.

A gente está numa audiência pública prestes a ter uma votação muito simbólica e, se alguém aqui quiser fazer *like*, vai embora porque aqui não é casa de discutir *like*, aqui a gente quer discutir os problemas do povo. Eu votei “não” à revisão do Plano Diretor, eu vou votar “não”,

estou esperando a minha fala, a minha vez, porque eu defendo os movimentos de moradia, eu defendo a nossa cidade. Então, eu espero aqui que a gente não tenha mais falas desse tipo e que as falas se atentem ao tema, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Luna. Eu destaco que a Vereadora Luna fez uso da palavra porque ela foi citada na tribuna e isso não conta como tempo de fala da Vereadora, está mantida ao final. Informo ao público presente que o manifestante que estava fazendo uso da tribuna foi conduzindo pela porta dos fundos e ele não se encontra mais no auditório.

Convido agora a Sra. Heloísa Regina, da FLM, para fazer uso da palavra.

A SRA. HELOÍSA REGINA – Bom dia a todos os companheiros.

Primeiro cumprimento a Mesa, todos os Vereadores e Vereadoras, especialmente nosso companheiro, Vereador Manoel Del Rio. E, na sequência, cumprimento todos os companheiros e companheiras do movimento de moradia, em especial, da grande Frente de Luta por Moradia.

Isso aí, quem não luta está morto. Pessoal, vamos lá, eu sei que está todo mundo com os ânimos à flor da pele. Esse provocador, que esteve aqui antes de mim, eles ficam famosos assim. Então, vamos interromper isso, hoje ele não vai ter os cinco minutos de fama dele. Muito bem, a gente concorda.

Queria agradecer a oportunidade de falar, em nome da Frente de Luta por Moradia. A Frente atua na cidade há 20 anos e a gente sabe muito bem os desafios de enfrentar a especulação imobiliária na pele, na luta. E para a gente é muito importante participar desse processo de revisão do Plano Diretor, porque a gente sabe exatamente como somos acolhidos cada vez que um grupo de sem-teto vai até um bairro. A gente sabe muito bem o que é a cidade inclusiva na prática. A gente sabe muito bem qual é o papel das associações de moradores, cada vez que uma ocupação é feita em bairro consolidado dessa cidade.

Então, a gente participar desse processo de revisão é muito importante, porque costumamos dizer que a nossa ação de defender uma cidade inclusiva é uma ação na prática. Ela não é só no discurso, mas caminha junto com a nossa prática.

É nesse sentido que eu queria, em nome da Frente de Luta por Moradia dizer que a gente é contra a revisão do Plano Diretor. Mas, a gente entende que, quando esse projeto de lei chegou à Câmara, já chegou aprovado, matematicamente aprovado. E a gente, com os Vereadores da Bancada do PT, passamos a trabalhar com o PT para tentar reduzir os danos, uma vez que a gente sabe como a sociedade lida com as pautas de organização de território urbano.

Mas, queria principalmente falar aqui sobre a defesa do Fundurb, que o Manoel Del Rio falou anteriormente. Para a gente, é muito importante que nessa discussão do Plano Diretor que o Fundurb seja mantido como o principal fundo de investimento de Habitação de Interesse Social; que o fundo seja mantido e que seja fortalecido. (Palmas)

Por quê? Porque a gente precisa reverter uma lógica de que moradia de interesse social tem que caber dentro da caixinha. Porque se é moradia não centro tem que caber dentro da linha de financiamento, não pode ter nenhum tipo de isenção. Não pode ter garagem, não pode ter dois quartos, não ter isso, não pode ter aquilo. Só que moradia com o mesmo fundo de investimento para rico tem tudo: tem a garagem, tem mais de um quarto, tem piscina... (Palmas)

A SRA. HELOISA REGINA SOARES DA SILVA – Então, eu queria fazer a defesa do Fundurb: mantido, fortalecido, para a gente garantir, diferentemente do que muito foi dito - de defender o miolo dos bairros -, que a gente traga para o miolo da discussão as necessidades do povo periférico, do povo que vive à margem. Vamos trazer para o miolo quem vive à margem da cidade. (Palmas)

Por último, quero dizer que há pouco mais de 20 anos atuando na região central, a gente sabe muito bem toda a potencialidade de construção de moradia social nas áreas consolidadas. Aquilo que é empreendimento para a classe trabalhadora, de interesse social, não precisa ser feito a 30km, 40km, 50km do centro da cidade, não. A gente sabe viver nas áreas

consolidadas. A gente sabe viver, e viver bem, trabalhando, com o fruto do nosso trabalho, nas principais áreas e regiões desta cidade.

Então, quero fazer a defesa do Fundurb, saudar os companheiros e companheiras que estão aqui nessa resistência para a gente tentar reduzir os danos dessa Plano Diretor, que é tão prejudicial à vida dos trabalhadores e que tenta manter um conjunto de políticas que não corresponde à realidade do povo mais pobre desta cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Heloísa. Convido a Sra. Ana Aragão, Movimento Parque Linear Caxingui.

A SRA. ANA ARAGÃO – Obrigada. Bom dia a todos. Não vai ser fácil falar depois de todo esse ânimo do pessoal. Mas lá vamos nós novamente pedir, primeiro, fundamentalmente, o adiamento dessa votação e também a preservação das áreas verdes da cidade para que elas não sejam extintas pelo sombreamento dos prédios que estão sendo erguidos de forma predatória por toda a cidade por conta da especulação imobiliária.

Nesse sentido, eu gostaria também de lembrar a necessidade de os eixos não serem autoaplicáveis, de jeito nenhum. Que tenhamos estudos de impacto ambiental para cada caso, e que cada caso seja estudado e decidido particularmente, pessoalmente.

Também não se pode construir torres em áreas de mata e de água, como é o caso do Parque Linear Caxingui, sobre o qual tantas vezes que vim aqui falar; porque o parque vai morrer em pouquíssimo tempo por falta de condições de sobrevivência. A revisão, nesse caso, deveria corrigir, nessa revisão que teoricamente estamos votando hoje, os erros e preservar aquilo que a população entende como importante para cada região. Porque nós somos os donos da cidade, a cidade nos pertence e temos o direito de apontar o que nós queremos de forma inequívoca.

Encerro minha fala declarando que esse Plano atual me causa insegurança e temor. Então, mais um pedido pelo adiamento do Plano. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Ana. Convido agora o Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores.

Como é muito curto o tempo e muita gente já falou, eu queria levantar uma questão, que vejo que não vem sendo discutida, mas que né gravíssima, relativa à moradia popular, que só demonstra que a votação tem que ser adiada.

Um Vereador que tem um reconhecido histórico em defesa da moradia popular deixou passar em branco a questão da alteração dos critérios das ZEIS 1 e 3, que nem mais Conselho Gestor terá e que a Prefeitura e as empresas podem chegar lá e tomar. Vão aumentar as reintegrações de posse, vão aumentar os despejos das favelas, vão se tirar mais gente das ZEIS. Essa é uma questão gravíssima, que piora muito, mas que, no entanto, não está sendo discutida; passou até despercebida por quem tem histórico de luta pela moradia.

Precisa ser adiada essa votação, precisa se discutir direito essa matéria. (Palmas)

Esse substitutivo, do jeito que está agora – não conheço as últimas emendas que vão ser apresentadas -, melhorou o que era. Mas, ainda assim, ele é muito ruim para algo que já não prestava. E ficar arrumando o que não presta não dá certo. Só tem um jeito de consertar: ampla discussão com a sociedade, ampla discussão com todos os setores, com todos os territórios, com quem conhece do assunto.

Sei que o Vereador Rubinho tem certo desprezo pelo conhecimento da universidade, já demonstrou isso em um artigo que assinou e, agora, em recente entrevista. Mas conhecimento é luz, e isso aqui está sendo feito na sombra. Por isso esse desprezo pela luz do saber e do conhecimento. Essa é a questão.

Por fim, para encerrar, eu gostaria de fazer uma observação. Ouvei a explicação, bem detalhada, do Vereador Rubinho sobre a questão de provocar a Corregedoria. Cheguei à conclusão que se um cidadão desta cidade vir alguma irregularidade e quiser trazer para esta Casa, precisa ser bom advogado, senão não vale. Porque, a rigor, estamos em uma audiência oficial, como estávamos antes, e levantei a questão, gravada. Eu levantei. É uma provocação legal mesmo. O Vereador Rubinho é advogado, sabe disso, mas está protelando. Por quê? Está

com medo que o começo da investigação do Vereador Adilson Amadeu chegue longe demais?
A questão é essa. É essa a questão que estou levantando. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. João Moreirão. Entendo que talvez o senhor tenha tido alguma dificuldade para compreender. Então, eu vou explicar novamente, pela terceira vez.

Eu gostaria que o senhor prestasse atenção, porque eu vejo uma certa dificuldade cognitiva, que é justamente o seguinte: Para que nós possamos processar com a representação, não é uma provocação feita no microfone; exige-se uma formalidade. Então, como eu disse e reitero pela terceira vez, basta que qualquer cidadão apresente uma representação, um papel escrito e protocolado, no primeiro andar desta Casa. Apontando o fato e apontando a pena, naturalmente ela vai ser processada pela Corregedoria. Caso contrário, não há haverá o processamento. Eu espero que o Sr. João Moreirão tenha compreendido agora, mas eu estou à disposição para esclarecer quantas vezes sejam necessárias.

Tem a palavra o Sr. Ivanildo França, do Cangaíba.

O SR. IVANILDO FRANÇA – Bom dia a todos. Meu nome é Ivanildo França. Eu sou morador da querida zona Leste, região da Penha/Cangaíba e eu começo assim dizendo que Bom Jesus de Cangaíba, o Padroeiro do meu bairro, abençoe todos vocês, Vereadores, guardas, funcionários e todos da Casa, que os proteja aqui.

Rodrigo Goulart, é para você essa aqui, com toda humildade que meu pai me educou. Em respeito aqui aos Vereadores, olha, eu peço a retirada do artigo 181-f, que concede a isenção de ISS aos polos atrativos, esportivos e turísticos, como a Arena Corinthians, Alfredo Schürig, o Morumbi e a Arena do Palmeiras. Eu sou corintiano, mas eu não concordo. Você pode até manter a questão dos polos atrativos esportivos e turísticos, até para as pessoas de baixa renda, como a questão do CadÚnico, quem tem os clubes; e tecer a rede aí com a Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, com a visita monitorada dos estudantes das escolas municipais e estaduais e universidades. Tudo bem, mas a questão dessa situação é uma questão tributária. Não tem nada a ver com o Plano Diretor, com todo o respeito.

Outra coisa que eu queria dizer é que, na zona Leste, Itaim Paulista, São Miguel, Mooca, Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Penha e Cangaíba, só houve uma audiência na Penha. Foi no dia 06 de maio, numa segunda-feira à noite. Quase ninguém ficou sabendo, gente. A zona Leste não foi ouvida. (Palmas)

Não fomos ouvidos direito, principalmente aquela região lá. Sabe, então, na audiência de sexta-feira, veio até uma senhorinha aqui, a Dona Maria, a quem me compadecei com ela. Ela até chorou, passou até mal aqui. O pessoal da Casa a acolheu. Muitas pessoas estão indignadas com essa questão do Plano Diretor, que precisa ser melhor discutido.

Eu humildemente peço, em nome do povo da zona Leste, o adiamento dessa audiência. Vocês são sábios, vocês são sábios. Dá um passo para trás, dá um passo para trás, gente, pelo amor de Deus. Vamos rever a situação. Eu moro numa região lá, onde há o Parque Linear Tiquatira, o Córrego Tiquatira, e sofremos com alagamento. Recentemente a Siurb lançou um caderno das bacias hidrográficas. É novo isso aí. Precisa ser discutido na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Dá um passo para trás. Escuta principalmente a minha região, que não foi atendida.

Vai, Cangaíba. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Sr. Ivanildo, a gente fez a leitura antes, mas o Vereador Alessandro Guedes, trazido aqui pelo Vereador Manoel Del Rio, apresentou a emenda ao projeto, retirando o artigo do polo esportivo, que é justamente a demanda do senhor; só para trazer publicidade. (Palmas)

O SR. MANOEL DEL RIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o nobre Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – É rápido, Sr. Presidente, porque eu fui mencionado várias vezes e queria falar.

Eu queria falar especialmente para um rapaz que estava sentado ali. Ele acusou os Vereadores, de que não conhecem a cidade. Eu queria perguntar para ele se ele sabe onde fica

a Rua da Bica, se ele sabe onde fica a Rua dos Eucaliptos, se ele sabe onde fica o Córrego Água Vermelha, se ele sabe também onde fica a Rua Taperaçu e se ele sabe onde fica a Toca do Bin Laden, porque quando falam aqui, só falam do centro rico. Eu, como Vereador, defendo o centro rico também. Defendo o que é melhor para a cidade, mas não dá para vir aqui ouvir uma pessoa dizendo que os Vereadores não conhecem a cidade e que sabem isso e não sabem aquilo e depois ir embora, não querendo ouvir. Ele tinha que ouvir. Eu queria que ele me respondesse isso. Queria saber também se ele conhece onde fica a Comunidade Spama, ou ele só conhece até a Vila Madalena, a Vila Mariana e Tatuapé? É só isso que ele conhece? A cidade é muito maior. (Palmas)

Então, para finalizar, Sr. Presidente, eu fiquei com inveja daquela moça que cantou ali. Então, eu queria cantar também só um estribilho. Pode ser? (Palmas) Nenhuma mulher sem casa. Para isso tem que fazer moradia. Nenhuma mulher sem casa, frente de luta na rua todo dia.

É isso aí, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Registro a presença do Vereador Gilson Barreto.

Tem a palavra a Sra. Laurita Salles, do Pró-Pinheiros.

A SRA. LAURITA SALLES – Olá a todos, todas, todes, todo mundo.

Eu estou falando pelo Pró-Pinheiros e venho também solicitar o adiamento dessa votação, na medida em que temos uma situação clara, de que a população que está participando está contra o que está se propondo como o último substitutivo. É evidente que a população quer participar, quer entender e não só isso, ela quer ver as suas propostas incluídas, no Plano Diretor, e não as propostas do setor imobiliário. É preciso dizer que está cheio de jabuti, pegadinha e outras coisas mais.

Eu vou citar uma, por exemplo, na questão das áreas dos eixos, onde era um quilômetro, depois pretensamente vira 800, 700; só que o texto mudou. Antes, no regimento, na normativa que existia, eram 600 metros, sendo as quadras incluídas dentro dos 600. Agora são

as que alcançam! Portanto, os tais dos recuos – entre aspas – é só propaganda, porque são 900 metros.

Então esse tipo de coisa é vergonhoso. É vergonhoso que uma Câmara faça isso, ou seja, tentando enganar a população. Isso é propaganda. Isso mostra claramente que nós temos uma situação onde a força da grana, relacionada às eleições do Secovi etc., está mandando nessa cidade. É preciso dizer isso. Como se pode fazer uma pegadinha dessa?

Isso é um absurdo total. São 900 metros. Nós não somos idiotas. Fora isso, continua a questão dos miolos, continua toda essa verticalização absurda, onde, nós de Pinheiros sabemos muito bem, não tem comprador. É uma bolha pirada. Pirada! É evidente que quem está ganhando com isso, enfim, é o capital financeiro que, depois, que vende, vai ficar aí cheio de prédios, com apartamentos sem ter quem compre. Ou os idiotas que forem comprar isso para Airbnb não vai ter freguesia. Além do que vamos ter enchente, a questão do verde, das águas, e a população não estará morando lá coisa nenhuma. É só propaganda.

Portanto, nós solicitamos que, sim, que se tenha mais tempo para discutir isso e que esse tipo de pegadinha ridícula, não passa! A gente lê, a gente sabe, a gente vê. Fora que vai ter eleição e nós estamos atentos.

E a questão do Fundurb também. É lindo, eles defendem o Fundurb, só que para recapeamento? Que defesa do Fundurb é essa?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Laurita.

A SRA. LAURITA SALLES – Então solicitamos que haja uma discussão digna desse nome e a incorporação dos interesses da população e não das imobiliárias desse jeito que estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigada, Sra. Laurita.

Passemos agora aos inscritos pelo *chat*. Destaco a todos que estão no ambiente virtual que o prazo é improrrogável de três minutos, começando pelo Sr. Daniel Todtmann Montadon. (Pausa) Está ausente.

Chamo a Sra. Fabiana Domingues Lisboa. (Pausa) Bom dia, Sra. Fabiana, a senhora tem a palavra.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Bom dia.

Meu nome é Fabiana Domingues Lisboa, sou moradora da região de Santo Amaro. Gostaria de saber quem fiscaliza as construções, já que a construtora do prédio da Faria Lima admitiu aos promotores públicos que construiu sem os Cepacs um prédio de 19 andares e a alegação foi o preço, sendo que as obras tiveram início em 2018 e término em 2020. Estamos em 2023, cadê o Cepac?

Falando em fiscalizar, gostaria de falar de um terreno situado na avenida João Dias, de 50 mil metros quadrados, vazio há 20 anos. Esse terreno contaminado onde os moradores da região sofreram anos com a fumaça que ardia olhos, nariz e garganta.

Há cerca de um mês há vários caminhões e tratores no local removendo terra e fazendo montes de entulho no terreno e não se vê, no local, placa de alvará de demolição, construção ou informação de descontaminação no solo.

E a dívida desse terreno de IPTU que dava para construir um hospital público? Foram pagas? Pode iniciar-se uma obra sem placa com número de alvará?

E, por fim, não menos importante, gostaria de citar como exemplo, entre vários da região nessas mesmas condições, o empreendimento há 200 metros do metrô Alto da Boa Vista, sendo o metro quadrado à vista 9 mil reais, dois dormitórios, 61 metros. Quem pode pagar esse valor? Até quando continuaremos empurrando os pobres da classe média baixa para o fundão de São Paulo? Quando faremos uma CPI para verificar se todas as obras desse prédio têm alvará de demolição, construção e se os devidos Cepacs foram recolhidos?

Eu ouvi, mas, pela retirada da isenção dos clubes, que o próprio Prefeito da cidade diz que é ilegal, porque não há um estudo de impacto econômico. Pela não abertura de via na rua Angelo de Lucia porque é muro com muro, tem um latifúndio vazio há cinco ou seis anos, e na Álvares Lobo um latifúndio vazio há 50 anos.

Uma cidade mais humana não tem 52 mil pessoas em situação de rua no frio e com fome.

Não sei se tem tempo, mas o funk tá pronto. Vamos lá.

O Vereador está menos sisudo.

O funk modificou o carrancudo.

Está deixando o povão falar de montão.

Só falta agora ele dançar e cantar no refrão.

Sem regimento! Mais sentimento!

Sem regimento! Mais sentimento!

Com o funk ficou até mais bacanudo

Quebrando o regimento e liberando só mais um minuto.

Para concluir, saia daqui.

Para concluir, saia daqui.

Obrigada e bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Fabiana.

Chamo agora a Sra. Lavínia Moraes de Almeida (Pausa) Ausente. Então convido Sra. Sueli Mandelbaun. Já se manifestou. Chamo a Sra. Ana Uchoa. (Pausa) Ausente. Sra. Ana Maria Amaral Barreto de Lemos. (Pausa) Ausente. Sra. Christianne Vilela Carceles. Tem a palavra, Sra. Christianne.

A SRA. CHRISTIANNE VILELA CARCELES – Só um instante, vou ativar a câmara, bom dia. Eu represento os moradores do entorno do Morumbi e nós estamos, aqui, também contrários a um modificativo que foi incluído, tipo “jabuti” que a senhora disse agora há pouco, no que se refere à autorização para construção em faixa envoltória de complexo hospitalar. O que acontece? Ali foi incluído um modificativo pelo artigo 105 do artigo 371 do Plano Diretor revisado, e passa à Secretaria de Habitação e Urbanismo a regulação das condições especiais para autorizar a construção.

O nosso bairro, ali, é estritamente residencial, e o que temos visto é a ampliação do hospital Albert Einstein em zona residencial. *Okay*, dentro da faixa envoltória, mas desobedecendo as regras do zoneamento. E essas regras estavam previstas no Plano Diretor original e, agora, dia 21 de junho, foi incluído de forma açodada uma modificação, na qual, condições especiais estariam sendo reguladas pela Secretaria, e não mais pelo zoneamento.

Então peço que isso seja analisado pelos Vereadores, que não seja votado hoje, porque isso impacta numa modificação de um bairro todo, em função de um interesse específico particular. Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito é o Sr. Vilton Giglio.

(Pausa) Ausente.

Passaremos a palavra aos Vereadores inscritos. Tem a palavra a Sra. Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia a todos os presentes, a todas as pessoas presentes aqui.

Queria primeiramente agradecer à população que está acompanhando este Plano Diretor, porque só não está sendo um absurdo maior do que já é por conta da luta de todos os movimentos sociais e da população presente.

Os recuos que foram apontados em termos de habitação, de meio ambiente, de Fundurb, *etc.*, não foram um favor do Prefeito, mas uma conquista da luta. É importante que todo mundo tenha isto na cabeça: não foi favor da Prefeitura, mas fruto da luta.

Eu fico muito surpresa com gente que vem aqui provocar movimento de moradia. É muito fácil vir à Câmara Municipal falar que quem ocupa é criminoso. Eu queria que falassem isso em uma ocupação do MTST no Capão, do FLM em Parelheiros, do FLM no Centro. Eu gostaria de ver essa coragem de falarem isso em uma periferia, porque eu não sei se essas pessoas sabem, mas a maioria dos bairros em São Paulo são fruto de ocupações de moradia,

ocupações antigas e, neste momento, nós estamos batalhando para que as pessoas tenham regulamentação fundiária, algo que ainda não está garantido nesta versão do Plano Diretor.

No último período, um trator passou por esta Casa, comandado pelas grandes construtoras juntamente com o Prefeito. Eu sei que alguns acham que dá para votar hoje, mas, respeitosamente, eu vou discordar, por algumas razões. Uma delas é não estar garantida a questão da habitação social em nenhum mecanismo. Não há fiscalização em relação à Habitação de Interesse Social, não está bem definido e não há, por exemplo, a garantia de que a verticalização nos eixos de transporte público vai ser para a população mais pobre. Não há garantia disso, mas vão poder ser construídos apartamentos amplos, com mais de uma vaga de garagem e perto de estação de metrô e estação de ônibus. Os problemas de trânsito e do povo não conseguindo morar no centro, portanto, vão continuar.

Eu sei que alguns vão discordar, mas não foi retirado o recapeamento do Fundurb, e tem que ser retirado para dar espaço para a habitação social e regularização fundiária.

- Manifestações na plateia.

A SRA. LUANA ALVES – Isso é uma pegadinha na qual a gente não pode cair. Eu estou falando com muita sinceridade para todos vocês que nós temos que tomar muito cuidado, porque não dá para cair em pegadinha da Prefeitura. Ainda não está garantida a habitação social, e nós ainda temos que batalhar por isso.

Assim como não está garantida a questão ambiental. O fundo dos parques, que era para comprar terreno para fazer parque, agora vai ser para manutenção dos parques; ou seja, diminuiu o dinheiro para as áreas verdes. E por que a população não pode ter área verde na cidade perto da sua casa, do seu local de moradia? Sem contar com a absurda questão da isenção para os estádios de futebol do Corinthians, do São Paulo *etc.* Eu nem vou entrar nessa questão pelo absurdo tão grande que representa e que não tem nada a ver com habitação, com urbanismo nem nada disso, mas com o fato de alguém que não quer pagar impostos ter colocado no meio do projeto para tentar passar na calada da noite.

Por tudo isso, não há condição de votar hoje e, se for votado, vai ser uma vergonha tremenda e um desrespeito para a população que precisa de casa e não de construtora mandando na cidade.

São Paulo não está à venda!

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Luana.

Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, passo a ler mais emendas que chegaram ao meu conhecimento.

- É lido o seguinte: *(Emendas aditivas e supressivas dos Vereador Marlon Luz e Rubinho Nunes ao PDE)*

O SR. RODRIGO GOULART – Eram essas as emendas das quais tomei ciência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo.

Passo a palavra ao Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, companheiros e companheiras dos movimentos de moradia, urbanistas, arquitetos e todos que têm preocupação com a nossa cidade, a verdade é que a gente começou a discutir a Revisão do Plano Diretor, que teve um substitutivo que mudou e aprofundou o Plano Diretor de 2014, descaracterizando o Plano do então Prefeito Haddad.

Por isso, companheiros e companheiras, coloquei hoje a roupa mais bonita que tenho para vir aqui falar que nós votamos contrariamente na primeira votação e vamos continuar votando contrariamente na segunda votação.

- Manifestações na plateia.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Esse Plano não atende à necessidade mais importante para esta cidade, que é corrigir a profunda desigualdade social que existe. Nós que moramos e crescemos na periferia sabemos das dificuldades com transporte e a falta de lazer e de cultura, e este Plano Diretor, que poderia corrigir, melhorar e avançar nessas questões, não está fazendo isso.

Portanto, companheiros e companheiras, se não houver adiamento, nós vamos continuar serrando trincheiras contra este Plano Diretor, que representa muito bem o ex-Presidente da República Bolsonaro. Esse é um Plano Diretor típico do Bolsonaro, e nós somos contra.

Obrigado, Presidente.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Hélio.

Passo a palavra à Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Bom dia a todos e todas aqui presentes. Bom dia, movimentos de moradia. Bom dia a todos que lutam por esta cidade, por ser uma cidade mais igual, mais justa, mais humana.

Fico muito feliz que esta audiência esteve cheia durante grande parte do tempo, mas também queria dizer que esta é a última audiência antes de a gente votar a revisão do Plano Diretor. Se todas as audiências tivessem sido assim, a gente teria participação popular. O problema é que isso não acontece. A gente teve uma revisão do Plano Diretor sem participação popular porque foram audiências esvaziadas no Centro e em horário onde os trabalhadores não poderiam participar.

Também queria trazer e acho muito curioso que tem pessoas aqui pessoas querendo *like*, tem pessoas aqui atacando movimento de moradia, atacando o Partido dos Trabalhadores. Queria dizer que eu tenho muito orgulho de fazer parte do Partido dos Trabalhadores, que foi o partido que mudou esta cidade com política como: Bilhete Único, os CEUs, passe livre para os estudantes. Tenho orgulho de defender este partido.

Também queria dizer que, na verdade, o que a gente está voltando hoje não é a melhoria do Plano Diretor do Fernando Haddad, da gestão do PT. O que a gente está votando aqui hoje é uma piora para a cidade, porque os eixos de estruturação urbana significam essa ampliação de construção sem limites e sem garantia da moradia popular, ou seja, elitização dos espaços onde deveria ter povo perto de metrô, perto de corredor de ônibus.

A gente está votando essa revisão que vai atacar o Fundurb, que é o Fundo Social para a gente ter moradia, mobilidade, porque, agora, nesse substitutivo que está sendo apresentado 30% vai para recapeamento e desses 30%, 15 vão para áreas nobres. É uma mentira que não tão tirando e atacando o Fundurb. Quero dizer também que tem a questão do ISS para estádios, o que é um absurdo. Tem a questão de a gente tirar os templos para a questão da HIS, da Habitação de Interesse Social. A moradia popular está sendo atacada nessa revisão.

Por último, dizer que esse substitutivo abre margem para que espaços que estejam ocupados, ocupados com muita luta, como é a luta por moradia, possam ser removidos porque não tem conselho gestor, talvez facultativo. Então, as ocupações estão em ameaça.

É preciso que a gente esteja atento ao que está sendo passado aqui e por mais que a gente tenha conseguido barrar os retrocessos, queria dizer aqui que o relator foi muito feliz em acatar essas demandas e olhar tudo isso e impedir mais retrocesso do que está sendo agora, este texto não contempla os movimentos de moradia. Este texto não contempla a população mais pobre da cidade. Este texto não garante que a gente combata o grande déficit habitacional da nossa cidade, porque é isso que a gente quer quando a gente está debatendo o nosso PDE, a nossa revisão.

Vou votar de acordo com o Plano Diretor do Haddad, por isso que eu vou votar não a essa revisão e seguir na luta por uma cidade mais justa, por uma cidade mais igual. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Luna.

Passo a palavra ao nobre Vereador Sansão Pereira, mas antes registro a presença dos Vereadores Marlon Luz, Aurélio Nomura, Eliseu Gabriel, Jair Tatto, Alessandro Guedes e André Santos.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito bom dia a todos os movimentos sociais, as associações de moradores, as entidades, os conselheiros de ZEIS e demais presentes e aqueles que estão nos acompanhando pelo YouTube, TV Câmara, pessoal do Pró-Pinheiros e aqueles que têm participado conosco dessas audiências públicas.

Na semana passada, tive a oportunidade de juntamente com outros Vereadores – a Bancada do Republicanos, assim como também outros Vereadores como Aurélio Nomura, Gilson Barreto, Janaína e diversos outros - sentamos e elaboramos algumas emendas para esse Plano Diretor, inclusive emendas que já publicadas. Vou citar quais são elas: questão do desenvolvimento social, melhoria da infraestrutura urbana e garantia de espaços públicos de qualidade.

Já vou diretamente a justificativa de uma dessas emendas. Não vou ficar mencionando dispositivos legais por causa do tempo. Então, uma delas diz que 1% do Fundurb será destinado especificamente para ATHIS, projetos de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, quer dizer, para pagar os projetos. Essas pessoas da regularização fundiária, essas pessoas do HIS não têm condições de pagar um arquiteto, pagar os projetos. Então, isso daí exatamente para poder pagar os projetos de Habitação de Interesse Social e regularização fundiária. Essa é uma das 11 emendas que nós apresentamos.

A outra que nós também apresentamos diz respeito: “A presente emenda se faz necessária para a criação de um prazo específico para áreas tão importante do município, como a saúde, a educação, o saneamento básico, a mobilidade.” Quer dizer, já existe, mas não tem ainda uma data específica, então, a gente especificar uma data, dar uma data na medida do que houve o crescimento ali para que venha, então, um prazo para essas questões, para a gente atender a questão de saúde, educação, saneamento básico e mobilidade.

Chegou até nós um caso de uma pessoa que ela tem um imóvel e ela derruba um pedaço desse imóvel para ela construir novamente ela teria que pagar uma nova outorga onerosa. Então ela não vai precisar mais pagar, porque é no mesmo espaço, a não ser que ela

faça um espaço a mais, aí tudo bem. Mas no mesmo espaço, então, nós incluímos também tirar a palavra “manter” pela palavra “existente regular”. Essa é mais uma das emendas.

Outra das emendas cria regras mínimas para o plano de bairros. A gente tem que criar regras mínimas para o plano de bairro. Vou só mencionar rapidinho, já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Vereador, por favor, porque o prazo é de três minutos, mas para concluir.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Predinhos de bairro que aumentam também a densidade sem aumentar a verticalização. Predinhos de bairros que aumentam a densidade sem aumentar a verticalização. O zoneamento por quadra, às vezes tem dois, três zoneamentos numa quadra só.

Ainda tem aqui mais cinco. Mas como eu estou tendo que parar aqui... cria parques com acesso às águas, também protocolamos. Protocolamos também criar mais energia do que se precisa, enfim, tem mais umas duas ou três, mas não tem problema, eu vou obedecer.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A gente discute em plenário, Vereador. É que temos um prazo para todos os Vereadores hoje. Agradeço. Obrigado, Vereador Sansão Pereira, agradeço pela sensibilidade também.

Passo a palavra ao Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Bom dia a todos e a todas. Presidente, bom dia, relator, especialmente o movimento social, movimento de moradia.

Queria começar dizendo que, com muita tranquilidade, hoje, vou votar favorável ao substitutivo do relator. (Vaias).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao público que respeite o orador da tribuna, por favor.

O SR. JAIR TATTO – Tenho já experiência em presidir Comissão e eu uso por natureza o seguinte: ao final da fala, todos se manifestam. E tem dado certo há nove anos. Okay. Vamos seguindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARSELINO TATTO – Sim. Por isso que, ao final, vocês mandam e desmandam, enquanto a gente fala. Aí, a gente respeita.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou pedir à Comissão para que restitua o tempo do Vereador, tendo em vista que ele foi interrompido. E gostaria de pedir - nós temos um Vereador decano na tribuna – para que respeitem o Vereador em seu tempo de fala.

Obrigado, Vereador.

O SR. JAIR TATTO – Eu peguei aqui, a Vereadora Silvia mandou mais de 15 emendas para melhorar o Plano. O PT também tem mais de 15 emendas: Vereador Alessandro Guedes, Vereadora Luna Zarattini. Nós estamos tentando de tudo para deixar adequadamente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – O adiamento já está na Ordem do Dia. Eu ia falar disso. Nós estamos pedindo o adiamento não só da data de hoje. Nós estamos pedindo para que se prorrogasse o debate desde o primeiro momento. Então, isso daí tudo nós temos tentado à exaustão. E eu já vou alertá-los, e vocês já devem estar sabendo, nós teremos um outro problema muito grande, que já está programa para um debate também rápido e atropelado, que é a Lei de Zoneamento. É ali que nós vamos pinçar. E hoje eu estava acompanhando a sessão e eu não vi, a não ser os Vereadores colocando algumas ruas... Mas hoje nós discutimos aqui Perdizes, Moema, Vila Mariana. Hoje nós não discutimos aquilo que são conquistas colocadas e que, de fato, fizemos entrar no Plano Diretor. E eu não estou dizendo que foi bondade do Relator, nem do Presidente da Comissão. Foi luta social, sim.

Hoje, aqui, a moradia não está dividida entre favoráveis e contrários. Eles estão com uma linha de pensamento que, neste momento, é diferente. O Partido dos Trabalhadores, mesmo formando maioria para votar favorável... e o nosso Partido, que é da nossa natureza ouvi-lo, também tomou uma decisão por maioria favorável. E, aí, nós vamos votar de acordo com a consciência nossa, nós vamos votar com as consciências e as diferenças e nós vamos votar de acordo com o diálogo feito interno.

Sobre fotos que se publicam de nós, aí podem ocorrer dois crimes. Usar a nossa foto e viralizar sem autorização. E a segunda coisa, que eu acho que é um crime bárbaro, é acusar companheiros de “vendidos”. Isso precisa ser refletido.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Jair Tatto.

Eu peço para que o público presente respeite o orador na tribuna, por mais que exista alguma divergência.

Obrigado, Vereador Jair. O Vereador Jair é um Vereador experiente e contribui muito com o debate na Casa e com muitos ensinamentos, inclusive.

Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Obrigado, Presidente Rubinho.

Cumprimento a todos por esta audiência pública.

Como acabou de falar o Vereador Jair Tatto, desde o primeiro dia que começou o debate do Plano Diretor, nós defendemos e lutamos para que esse debate fosse estendido até o final do ano. Nós propusemos e dizemos que as audiências públicas feitas de maneira atabalhoada, corrida, horários em que a população não podia participar, era um processo muito ruim e a revisão poderia ficar muito ruim. Tanto que ficou e foi apresentado um primeiro substitutivo que toda sociedade gritou, reclamou. As audiências públicas começaram a ter mais força e mais impacto. Nós aqui, da Câmara Municipal, conseguimos articular. Até o ex-Prefeito Fernando Haddad chamou a nossa Bancada para conversar e falou: “Olha, esses pontos são ruins demais. Tem de avançar aqui e acolá”. E, aí, eu quero falar que o Relator acatou muitas das propostas que o nosso Partido apresentou. Muitas delas. Muitas delas. No plenário eu vou ler uma a uma das propostas que foram acatadas. Infelizmente, ele não está do jeito que queremos para votar ainda. Eu ainda acho que dá para melhorar e estamos trabalhando nisso, principalmente na questão do ISS dos estádios. Eu tenho uma emenda protocolada, que eu estou colhendo assinatura de outros colegas vereadores, para que retiremos do projeto essa isenção. Além de ser uma matéria tributária, essa isenção é absurda, que está colocada ali, para estádios

como os do Corinthians, Palmeiras, São Paulo, como Parque São Jorge. É um absurdo aquilo ali. Todos nós sabemos que esse meio do futebol gira muito dinheiro. Empresários ganham muito dinheiro. Jogadores ganham muito dinheiro. Dirigentes ganham muito dinheiro. E como que esse povo não vai pagar imposto para reverter para a cidade que fornece essa condição de infraestrutura e também para reverter em políticas públicas para o povo mais pobre? Não tem sentido. Eu até ousou falar que tem um monte de jogador ruim no Corinthians que ganha muito dinheiro e que não deveria ganhar tanto, e poderia ser pago o imposto nisso também. Agora, isso daí bagunçou totalmente o projeto, Presidente Rubinho.

Eu peço a atenção de V.Exa. por um minuto, porque essa história do ISS mexeu muito com o projeto, que é a minha opinião sobre ele. Muito. E pelo que eu estou ouvindo dos meus colegas, todos estão contra essa história aqui. E se todos estão contra, nós temos de tirar desse substitutivo. Se nós não tirarmos esse artigo deste projeto, nós vamos ter problemas com ele para ser votado hoje, lá embaixo. Eu já estou antecipando aqui, porque está ruim. E, aí, eu quero elencar os avanços que aconteceram; o que eu acho que ainda precisa melhorar, e o debate vai continuar lá embaixo.

Agradeço a todos e vamos continuar nesta luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Alessandro Guedes.

Vereador, inclusive a emenda supressiva de V.Exa. sobre a questão do ISS foi apresentada na Comissão para o debate.

Quero agradecer a contribuição do Vereador Alessandro, da Bancada do Partido dos Trabalhadores na elaboração do projeto. Muito do que foi alterado de primeira para a segunda votação, veio justamente desse diálogo.

Passo a palavra ao Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom dia.

Um assunto tão importante como o Plano Diretor da cidade de São Paulo, uma revisão tão importante deveria ter mais tempo, mesmo. (Palmas)

Tudo foi feito no afogadilho. É um assunto complexo e faltou orientação do debate; faltou informação para a população participar. E nós agora estamos tentando tapar buraco aqui, resolver ali.

Eu fiz várias emendas também, mas, muitas vezes, nós fazemos uma emenda e aparece outro problema. Por exemplo, essa história: antes era um quilômetro, foi para 600, foi para um quilômetro o raio próximo às estações. Mais, aí, foi para 700. Quer dizer, vai para lá, vem para cá, pensamos que ganhamos, estamos levando uma bola nas costas. Então, é muito chato isso que está acontecendo. E eu acho que o ideal seria se pudéssemos adiar. Eu pediria para que adiasse. Seria o ideal mesmo. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. ELISEU GABRIEL – Entre essas surpresas que aparecem, eu vou dar um exemplo de uma que apareceu, não neste projeto, no fim do ano de 2020. Nós estávamos votando um assunto e, de repente, aparece lá o fim da gratuidade dos ônibus para quem tivesse de 60 anos até 65. Tirou a gratuidade. Quando falamos em um negócio, aparece outro. Então, aconteceu muito isso.

Eu queria levantar uma questão para o Relator e para o Presidente Rubinho, que é o artigo 121, e inciso XXXIV, do Art. 27. Diz o seguinte, vou falar de uma maneira mais genérica, primeiro que a ZEPAM, quando se tem uma área no fim do mundo que seja, mas lá tem um eucalipto, ou dois, ou 10, você pode dizer que já não é mais ZEPAM. Pode dizer, não, aqui é ZEIS, vai virar ZEIS-4, ZEIS isso, ZEIS aquilo.

Então, vejam só, se o Plano Diretor fala em adensar a cidade, como vamos estimular a construção de casa popular, que não é verdade, em ZEPAM lá no mato, lá no Pico do Jaraguá, lá no fim do mundo, percebe? O que vai acontecer, será que alguém comprou uma gleba lá, várias ZEPAMs por um real o metro, agora quer vender por 200 ou por mil. Será que é isso que aconteceu? Não sei.

Quer dizer, é muito estranho, como de repente aparece, não, aquilo lá vai virar ZEPAM. Não, tem eucalipto lá, vai virar ZEIS, vai virar qualquer outra coisa. Tem que fazer o

contrário, se tem eucalipto, vamos plantar mata nativa, vamos aumentar o verde, vamos criar parque. É isso que tem de fazer, criar parque. Não é fazer ZEPAM, fazer ZEIS, não é para adensar, nós queremos que as pessoas morem lá no fim do mundo. Ouvi uma senhora reclamando agora que levou três horas de metrô e ônibus para chegar aqui. Quer fazer a casa dela lá, qual é o objetivo do Plano Diretor, não é adensar? Então, é aqui que tem de fazer, onde estão as casas populares nos eixos de estruturação, onde estão? Tem tanto lugar para fazer casa popular.

Agora, estão fazendo uma concentração de prédios onde não existe capacidade de suporte. Estão fazendo uma porção de prédios para fazer ativo financeiro. É isso que queremos fazer com o Plano Diretor? Não é.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Eliseu, obrigado.

Vereador André Santos, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Muito obrigado, Presidente Rubinho, nobres Vereadores que acompanham, todos os movimentos de moradia, todos que sempre discutem as questões da cidade.

Só pedi essa oportunidade de fala para alguns pontos. Primeiro, esta é uma Casa Legislativa, acho que a discussão é justa, tem de haver a Situação, a Oposição, porque senão não conseguimos fazer os ajustes necessários para que os projetos sejam os mais equilibrados possível.

Agora, todos os movimentos de moradia e a população que vive em situações mais difíceis não estão só sendo representadas pelo movimento de esquerda. Nós que trabalhamos na direita desenvolvendo o trabalho também daquilo que acreditamos, temos também apoiado os movimentos de moradia e as pessoas que vivem na periferia. Prova é que estamos trabalhando, todos nós Vereadores, isso tanto de esquerda quanto de direita, para que o Pode Entrar dê certo, permitindo assim mais de 40 mil unidades habitacionais para atender aquela população que mais precisa.

Então, eu preciso manifestar a minha fala de indignação quando alguns Vereadores e algumas outras pessoas dizem que nós, Vereadores, estamos sendo comprados pelas grandes empresas do setor imobiliário. E quero que prove se eu tenho algum tipo de envolvimento com qualquer setor. Então, se vai acusar alguém que dê nomes aos bois, usando essa expressão popular, dê nome às pessoas. Não sejam injustos colocando todos na mesma condição, porque isso é injusto da parte, principalmente, de nós, Vereadores da Câmara, que temos trabalhado com respeito de um para o outro. Nós temos trabalhado com respeito com todos os Vereadores e a maioria dos Vereadores também, tem tratado a nós com muito respeito.

Ouvimos a fala do nobre Vereador Jair Tatto falando sobre a questão de fotografia. Falando também que apresentou propostas para que pudesse melhorar a situação do projeto. S.Exa. é de esquerda, mas ainda assim não faltou com o respeito para com os demais companheiros e tem lutado pelas causas que são necessárias. Isso é justo, é legítimo.

Hoje vamos ao plenário para votar a favor do projeto. E quero agradecer ao Relator, ao Presidente desta Comissão pela sensibilidade de ouvir a todos e dentro do que é possível e cabível está fazendo os ajustes necessários.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANDRÉ SANTOS – E a todos os presentes na Câmara Municipal fazendo as suas manifestações legítimas, suas reclamações. Sem luta não se consegue vencer, é legítima a estada dos senhores. Quero parabenizar a todos que também estão fazendo essas manifestações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador.

Não havendo mais Vereadores inscritos, antes de encerrar esta audiência, gostaria de reiterar a todos que foram realizadas até o presente momento 55 audiências públicas, sendo ouvidas 3.210 pessoas nas audiências. Foram 25 matérias vinculadas na imprensa sobre o assunto, com 157 alterações feitas em relação ao PDE de 2014.

Sem adentrar ao mérito dos temas, gostaria de parabenizar todos os participantes, todos os munícipes que contribuíram, que dedicaram o tempo para participar das audiências públicas, para contribuir, expor suas opiniões, suas preocupações, também suas reclamações. Tudo isso é legítimo, faz parte do processo democrático e é nosso dever, enquanto parlamentares, ouvi-los e buscar de alguma maneira atendê-los dentro das possibilidades.

Quero agradecer especialmente aos Vereadores membros da Comissão de Política Urbana, que participaram ativamente e participam ainda dentro do debate do Plano Diretor, especialmente ao Vereador Rodrigo Goulart, que aceitou essa complicada missão de relatar a revisão do Plano Diretor, um período de disposição, de abnegação, mas que com certeza foi objeto de muita dedicação. Sou testemunha, o Vereador Rodrigo Goulart dedicando os finais de semana ao texto, o tempo todo. Isso para mim é objeto de muito mérito.

Quero parabenizar também os Vereadores da Oposição, da Situação, pela construção. Como todos puderam ver, o texto enviado pelo Poder Executivo foi alterado em substitutivo de primeira votação. Agora, após as audiências públicas devolutivas, com esta, oito audiências entre a primeira e a segunda votação, tivemos novas alterações no texto, o que demonstra que as demandas trazidas são ouvidas, acatadas e acolhidas. E sem dúvida as lutas fazem parte do texto, o que não significa necessariamente o acolhimento integral de todas as demandas.

Por fim, agradeço imensamente o trabalho de todos os membros da Comissão de Política Urbana, pela dedicação dos senhores aos finais de semana. Sei que os senhores perderam tempo com a família para se dedicarem ao trabalho da Câmara. Sou extremamente grato pelo apoio, carinho e atenção de cada um de vocês. Meu muito obrigado.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública.